

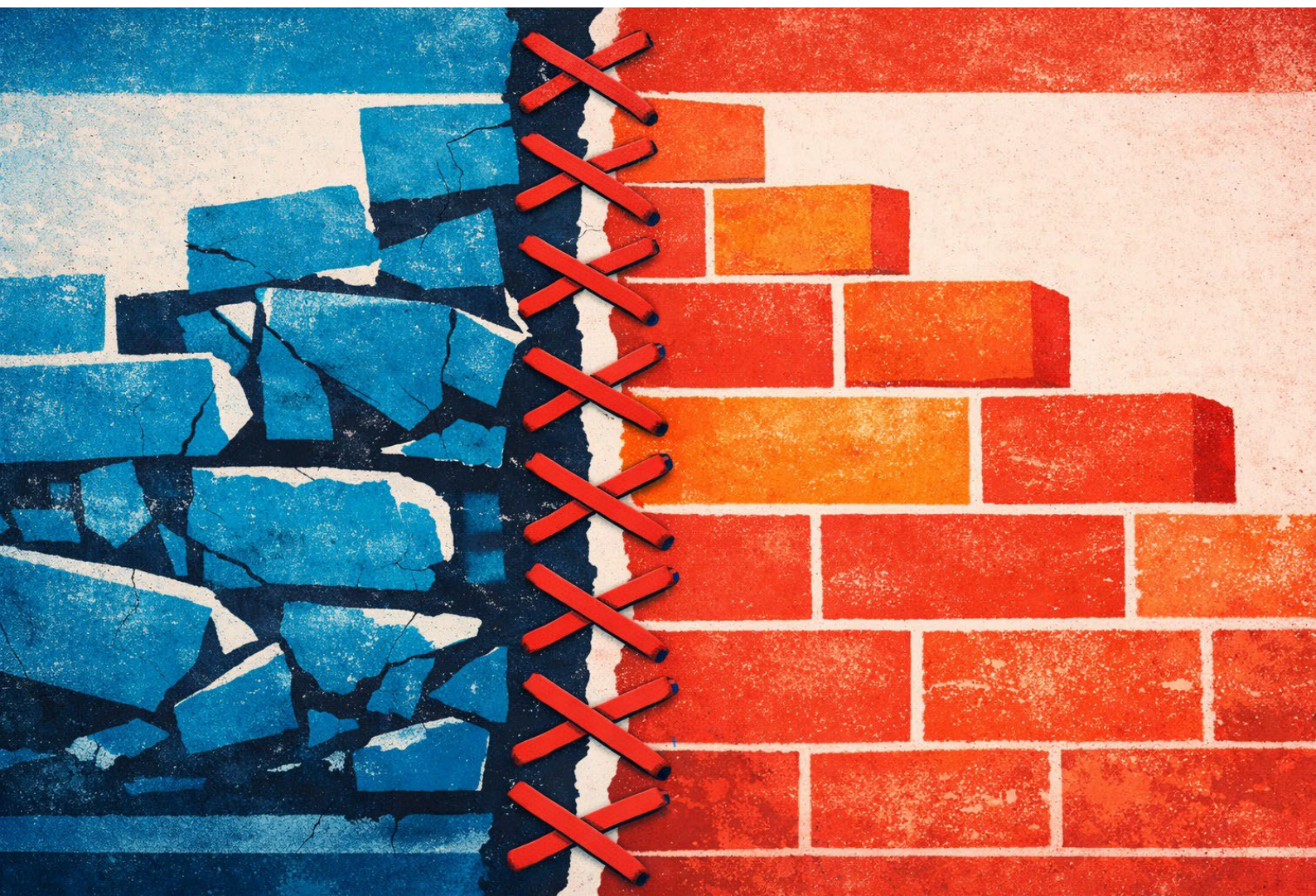
JULHO / AGOSTO 2026

INFORMA

SindUTE
SOMOS TODOS NÓS

Sindicato Único dos
Trabalhadores e
Educação de Minas Gerais
Filiado à CNTE e à CUT

QUE PROJETO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA QUEREMOS PARA MINAS GERAIS?



Minas Gerais chega às eleições de 2026 diante de uma encruzilhada que não é apenas eleitoral: é civilizatória. De um lado, o projeto que há anos vem sendo conduzido pelo governo Zema e por seu pretendido sucessor, Mateus Simões, aposta na redução do Estado, na entrega de serviços

públicos à iniciativa privada e no enxugamento das políticas sociais como sinônimo de "eficiência". De outro, está o campo que defende a educação, a saúde e a assistência social como direitos universais, frutos de décadas de luta popular e garantidos pela Constituição de 1988.

A educação pública entre o presente que sufoca e o futuro que construímos

"Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens." Paulo Freire

O pensamento de Paulo Freire nos ajuda a nomear o que vivemos: a luta pela educação pública é, ao mesmo tempo, denúncia e anúncio. Denúncia de um presente marcado por ataques à escola pública, pela tentativa de transformar a educação em mercadoria, pela precarização das condições de trabalho e pela retirada de direitos. Anúncio de um futuro que precisa ser construído coletivamente, com coragem, esperança e compromisso ético, político e social.

Há, no fundo dessa tensão, duas formas

radicalmente diferentes de entender o que é uma escola.

A primeira entende a educação como direito. Nessa concepção, a escola pública existe para humanizar, abrir o mundo do conhecimento, da cultura, da ciência e da arte a quem, historicamente, esteve excluído desse acesso. É uma escola que forma sujeitos críticos, capazes de ler o mundo e de nele intervir.

A segunda entende a educação como mercadoria: um serviço que pode ser comprado, vendido, terceirizado, otimizado por

planilhas de custo e indicadores de produtividade. Nessa lógica, a escola deixa de ser espaço de formação humana e se torna unidade de negócio; estudantes, professoras e professores se tornam números em um contrato de gestão.

É exatamente essa segunda lógica que orienta o projeto educacional do governo Zema e de seu candidato à sucessão, Mateus Simões. Um projeto que, na prática, retira da escola pública sua função social mais essencial: ser de todos e para todos, sem exceção.

Um presente intolerável

Ao longo de seus mandatos, o governo Zema tratou a educação pública não como um direito fundamental a ser garantido, mas como uma despesa a ser cortada e reduzida. Em vez de fortalecer a rede estadual e valorizar seus profissionais, promoveu medidas que precarizam o trabalho, restringem o acesso e submetem a escola pública aos interesses privados e autoritários. Como retrato desse projeto de desmonte, destacam-se:

Desvalorização profissional: ataques à Lei 21710/15 com o desmonte da política remuneratória da categoria, precarização dos vínculos de trabalho, pagamento abaixo do mínimo nacional para setores da categoria e aumento dos custos de saúde dos servidores.

Sucateamento da rede escolar: fechamento de turmas e escolas, redução da educação integral, fechamento da EJA, "terminalidade" de matrículas e descumprimento de 95% das metas do Plano Estadual de Educação.

Desmonte da rede estadual, seja pela transferência de responsabilidades, privatização ou pela adoção de outros modelos que fragilizam a escola pública como direito so-

cial: Municipalização via Projeto Mãos Dadas, Projeto Somar, PPP da infraestrutura, Terceirização dos serviços executados pelas ASBs, Escolas cívico-militares, Expansão dos Colégios Tiradentes.

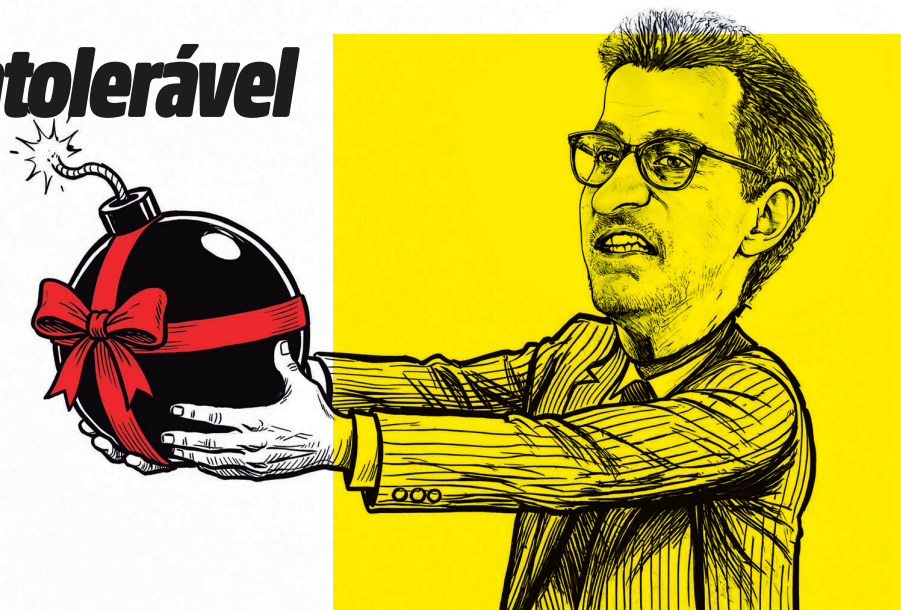
Ataques a direitos sociais e previdenciários: reforma da previdência, retirada de direitos de aposentados e pensionistas, além da precarização da assistência à saúde pelo Ipsemg.

Perseguição e criminalização da luta sindical: multas, bloqueios de contas do Sind-UTE/MG, corte de pon-

tos e judicialização de greves.

Cada um desses pontos, isoladamente, já seria motivo de alerta; somados, revelam um projeto muito mais profundo e perigoso: o de transformar a educação pública em negócio, submetendo-a à lógica do mercado. Trata-se de um ataque sistemático que ameaça não apenas a escola pública, mas o próprio princípio de que educação é um direito universal e inalienável.

Essa é a denúncia que fazemos, sem meias palavras: o presente que a educação mineira vive hoje é, cada dia mais, intolerável.



Por uma Educação Humanizadora

Em contraposição a esse projeto, defendemos a escola pública como direito social, patrimônio coletivo e espaço de emancipação onde se forma gente capaz de pensar, discordar, criar e transformar a realidade.

É em diálogo direto com esse debate que resgatamos os princípios do Manifesto por uma Educação Humanizadora, documento que orienta nossa atuação e que reafirma compromissos que nenhum contrato de PPP é capaz de garantir:

Liberdade – o direito de pensar, questionar e construir conhecimento sem amarras ideológicas impostas de fora da comunidade escolar.

Crítica – a formação de sujeitos capazes de analisar a realidade, identificar desi-



gualdades e buscar transformá-las, e não apenas de reproduzir conteúdos e obedecer a hierarquias.

Cidadania – a escola como espaço de formação política, onde se aprende a viver em coletivo, a respeitar diferenças e a participar da vida pública.

Solidariedade – o entendimento de que a educação de qualidade não pode ser privilégio de poucos, mas precisa alcançar com a mesma força as periferias, o campo,

as comunidades indígenas e quilombolas e todos os territórios historicamente esquecidos pelo poder público.

Esses valores são exatamente o oposto do que a mercantilização propõe. Onde o Manifesto fala em liberdade, a lógica de mercado impõe padronização e controle. Onde fala em crítica, a lógica empresarial busca obediência e metas. Onde fala em solidariedade, a privatização escolhe lucro e seletividade.

2026: o ano de eleger a educação

Quando uma escola é entregue à gestão privada, perde-se muito mais do que a administração de um prédio. Perde-se o controle democrático sobre o projeto pedagógico, a estabilidade de quem ali trabalha e a possibilidade de a comunidade escolar

decidir coletivamente os rumos da educação que recebe.

Essa mercantilização avança silenciosamente, contrato após contrato, até que a ideia de educação como direito universal pareça ingênua diante da "eficiência" do

mercado. É esse o presente que precisamos denunciar e é contra ele que se ergue a tarefa de anunciar um futuro diferente.

Nossa resposta: resistir e construir

É diante desse avanço que a luta coletiva se torna mais necessária. Cada mobilização, cada assembleia, cada ato público, cada conversa nas salas dos professores e nos corredores das escolas é um gesto de resistência que reafirma: a educação pública não está à venda.

Nesse gesto se revela a utopia freireana: não apenas sonhar com um amanhã diferente, mas trabalhar para criá-lo, garantindo que cada educador, cada educadora e cada estudante encontre na escola pública um território de dignidade, esperança e transformação social.





MOBILIZAÇÃO: ELEJA A EDUCAÇÃO

A campanha Eleja a Educação surge como uma resposta organizada ao momento decisivo que vivemos. Ela representa uma convocação às trabalhadoras e trabalhadores da educação, estudantes, famílias e à população em geral para colocar a escola pública no centro do debate eleitoral, reafirmando que a defesa

da educação é condição essencial para a construção de um projeto democrático e socialmente justo para Minas Gerais.

Essa campanha só ganhará força se for construída coletivamente: em cada escola, em cada município mineiro, por cada trabalhadora e cada trabalhador da educação.

Mobilize-se e mãos à obra para:

- Discutir a campanha nas escolas, nas salas de professores, nas reuniões pedagógicas e nas assembleias da categoria.
- Levar o debate sobre a educação pública para dentro das famílias, das comunidades e dos espaços onde a política eleitoral de 2026 está sendo discutida.
- Cobrar de candidatas e candidatos, em todos os níveis, compromissos claros com a escola pública, gratuita, laica e democrática.
- Divulgar a Carta-Compromisso com a Educação Pública, documento que consolida, de forma objetiva, o que esperamos de quem for eleito em 2026.

A categoria já demonstrou, em outros momentos de sua história, que sabe se organizar e resistir. O desafio, agora, é maior: levar essa força para dentro do debate eleitoral e fazer da educação a prioridade inegociável de Minas Gerais.

Cada debate, cada conversa, cada voto é um tijolo desse futuro; um futuro que só nós, mulheres e homens da educação mineira, podemos construir. Eleja a Educação!


SOMOS TODOS NÓS



Acesse as orientações e materiais, e participe!